

Artigos Doutrinários

13

Breves apontamentos sobre os efeitos da declaração de inconstitucionalidade de norma jurídica em sede de controle concentrado de constitucionalidade,
Italo Mendes, 13

O terror jurídico da contracautela de suspensão de segurança e a proibição do retrocesso ecológico-ambiental,
Souza Prudente, 18

Perícia médica conciliatória nos Juizados Especiais Federais – experiência inovadora na Subseção Judiciária de Contagem,
Cristiane Miranda Botelho, 25

Inovações legislativas

35

Lei 12.858/2013, de 09/09/2013.

Lei 12.859/2013, de 10/09/2013.

Lei 12.860/2013, de 11/09/2013.

Lei 12.871/2013, de 22/10/2013.

Lei 12.872/2013, de 24/10/2013.

Lei 12.873/2013, de 24/10/2013.

Decreto 8.094/2013, de 04/09/2013.

Decreto 8.099/2013, de 04/09/2013.

Decreto 8.115/2013, de 30/09/2013.

Decreto 8.116/2013, de 30/09/2013.

Seção Extraordinária

37

Arguição de Inconstitucionalidade

Gratificação de Desempenho de Atividade Diplomática – GDAD. Lei 10.479/2002, 37

Numeração única: 0032579-50.2002.4.01.3400

Arguição de Inconstitucionalidade 2002.34.00.032644-0/DF

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Acórdãos — Inteiros Teores

47

Corte Especial – Contribuição social previdenciária. Empregador rural, pessoa física. Incidência sobre a comercialização da produção, 47

Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 0027999-48.2010.4.01.3900/PA

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Corte Especial – Indenização por danos materiais e morais sofridos em decorrência de demora no exame de pedido de anistia de servidor demitido no governo Collor, 49

Conflito de Competência 0018160-71.2011.4.01.3800/MG

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Primeira Seção – Execução individual de sentença proferida em ação coletiva. Ajuizamento no mesmo foro. Prevenção do juízo prolator da sentença na ação coletiva, 53

Conflito de Competência 0045579-83.2012.4.01.0000/GO

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Primeira Seção – Militares. Reajuste de 28,86%, 55

Numeração única: 0083132-24.1999.4.01.0000

Embargos Infringentes na Apelação Cível 1999.01.00.088613-5/MG

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

Segunda Seção – Sequestro de bens. Veículo de propriedade de terceiro, 61

Numeração única: 0080206-16.2012.4.01.0000

Mandado de Segurança Criminal 0080206-16.2012.4.01.0000/PA

Relatora: Desembargadora Federal Mônica Sifuentes

Segunda Seção – Punição decorrente de desobediência. Fato descrito em norma legal válida como falta disciplinar de natureza grave. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade na espécie, 64

Embargos Infringentes e de Nulidade no Agravo em Execução Penal 0001248-35.2012.4.01.4100/RO

Relator: Desembargador Federal Catão Alves

Revisor: Desembargador Federal Hilton Queiroz

Terceira Seção – Honorários advocatícios em demandas relativas ao FGTS. Art. 29-C da Lei 8.036/1990, 66

Numeração única: 0029473-46.2003.4.01.3400

Embargos Infringentes 2003.34.00.029497-2/DF

Relator: Juiz Federal Reginaldo Márcio Pereira (convocado)

Terceira Seção – Concurso público. Agente de Polícia Federal. Teste psicotécnico. Perfil profissiográfico inadmitido, 69

Numeração única: 0016147-48.2005.4.01.3400

Embargos Infringentes 2005.34.00.016177-7/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Quarta Seção – Contribuição sócio-previdenciária do servidor público sobre diárias. Não tributação *ex vi legis*, 72

Numeração única: 0025855-93.2003.4.01.3400

Embargos Infringentes 2003.34.00.025870-5/DF

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

Quarta Seção – Imposto de Renda sobre complementação ou suplementação de proventos de aposentadoria paga por entidade de previdência privada e/ou fundo de pensão, 74

Ação Rescisória 0020197-54.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Primeira Turma – Ação ordinária perante a Justiça Federal para desconstituição de acórdão transitado em julgado perante a Justiça do Trabalho. Impossibilidade jurídica do pedido, 81

Apelação Cível 2005.33.00.000769-2/BA

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Primeira Turma – Servidores do Município de Amapá. Comprovação de prestação de serviço à Administração do ex-Território Federal do Amapá quando de sua transformação em Estado federado. Prescrição da ação, 85

Numeração única: 0003102-62.2009.4.01.3100

Apelação Cível 2009.31.00.003134-1/AP

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Segunda Turma – Pensão por morte de servidor público federal. Companheira beneficiária. Mãe do servidor. Exclusão, 93

Numeração única: 0008429-67.2009.4.01.3300

Apelação Cível 2009.33.00.008434-2/BA

Relator: Juiz Federal Renato Martins Prates (convocado)

Segunda Turma – Devolução dos autos pelo vice-presidente da Corte. Art. 543-C do CPC. Correção monetária. Lei 11.960/2009. Decisão do STJ. Manutenção do julgado, 95

Apelação/Reexame Necessário 0040386-09.2010.4.01.9199/MG

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

Terceira Turma – Alteração sem autorização legal de bem tombado. Demolição, 97

Numeração única: 0012772-43.2008.4.01.3300

Apelação Criminal 2008.33.00.012775-2/BA

Relator: Juiz Federal Alexandre Buck Medrado Sampaio (convocado)

Terceira Turma – Uso de documento falso. Desclassificação para o crime de fraude a ato de procedimento licitatório. Aplicação do princípio da consunção, 105

Numeração única: 0000387-21.2004.4.01.4200

Apelação Criminal 2004.42.00.000386-5/RR

Relator: Juiz Federal Alexandre Buck Medrado Sampaio (convocado)

Quarta Turma – Improbidade administrativa. Fraude à licitude de procedimento licitatório, 108

Numeração única: 0010320-31.2006.4.01.3300

Apelação Cível 2006.33.00.010325-2/BA

Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

Quinta Turma – Concurso público para a carreira da Polícia Federal. Impugnação de critério de barra fixa na modalidade dinâmica para as candidatas do sexo feminino. Quebra do princípio isonômico e da razoabilidade, 116

Numeração única: 0006248-89.2006.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2006.34.00.006333-0/DF

Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

Quinta Turma – Exploração de recursos energéticos em área indígena. UHE Teles Pires. Ausência de realização do estudo do componente indígena. Aceitação do EIA/RIMA e emissão das licenças prévia e de instalação. Agressão aos princípios de ordem pública da impessoalidade e da moralidade ambiental (CF, art. 37, caput). Antecipação da tutela. Plausibilidade jurídica da pretensão recursal e *periculum in mora*. Concessão. Controle judicial do ato impugnado em sede de suspensão de segurança e de agravos regimentais, 126

Agravos Regimentais na Apelação Cível 0005891-81.2012.4.01.3600/MT

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Quinta Turma – Exploração de recursos energéticos em área indígena. UHE Teles Pires. Ausência de realização do estudo do componente indígena. Litispendência com outra ação civil pública em que se discute a legitimidade do licenciamento ambiental por ausência de autorização do Congresso Nacional e audiência prévia das comunidades indígenas afetadas, 147

Apelação Cível 0005891-81.2012.4.01.3600/MT

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Sexta Turma – Lavra de recursos minerais. Autorização do Poder Público: imprescindibilidade, 152

Numeração única: 0001073-20.2006.4.01.3302

Apelação/Reexame Necessário 2006.33.02.001073-0/BA

Relator: Juiz Federal Reginaldo Márcio Pereira (convocado)

Sexta Turma – Cooperativa de médicos anesthesiologistas. Emissão de tabela de honorários mínimos. Infração à ordem econômica, 156

Numeração única: 0022676-25.2001.4.01.3400

Apelação Cível 2001.34.00.022714-9/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Sétima Turma – Execução de sentença. Coren/MG. Obrigação de registro nos quadros do Conselho. Multa por descumprimento de ordem judicial (astreinte). Embargos do devedor. Execução impugnada anteriormente por embargos, 160

Numeração única: 0038131-57.2002.4.01.3800

Apelação Cível 2002.38.00.038099-9/MG

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

Sétima Turma – Ilha costeira. EC 46/2005. Demarcação. Notificação por edital. Inconstitucionalidade. Propriedade particular. Inexigibilidade da cobrança de foro e laudêmio, 163

Apelação/Reexame Necessário 0017155-23.2011.4.01.3700/MA

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Oitava Turma – Policiais civis do Distrito Federal. Interesse da União. Competência da Justiça Federal, 170

Agravo Regimental em Agravo de Instrumento 0065990-84.2011.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Oitava Turma – IRPJ e CSLL. Serviços médicos hospitalares. Base de cálculo, 173

Numeração única: 0002521-16.2007.4.01.3812

Apelação Cível 2007.38.12.002524-7/MG

Relator: Desembargador Federal Novely Vilanova

Segunda Turma Suplementar – Uso compartilhado de infraestrutura de energia elétrica para serviços telefônicos. Homologação de acordo extrajudicial entre concessionárias sem a prévia oitiva das agências reguladoras, 177

Numeração única: 0010462-22.2003.4.01.3500

Apelação Cível 2003.35.00.010463-8/GO

Relator: Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa (convocado)

Quarta Turma Suplementar – Implantação do projeto da Barragem do Truvisco. Comprovação de atos lesivos ao meio ambiente. Impossibilidade de reparação parcial da área degradada. Irreversibilidade dos prejuízos ocasionados. Dever de reparação financeira, 179

Numeração única: 0011483-56.2000.4.01.3300

Apelação Cível 2000.33.00.011483-8/BA

Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

Quarta Turma Suplementar – Ação civil pública. Associação. Requisito: pertinência temática, 183

Numeração única: 0001386-12.2005.4.01.3400

Apelação Cível 2005.34.00.001368-8/DF

Relator: Juiz Federal Rodrigo Navarro de Oliveira (convocado)

Quinta Turma Suplementar – Despacho aduaneiro. Classificação equivocada de mercadoria. Boa-fé do contribuinte. Multa indevida, 188

Numeração única: 0038739-94.1998.4.01.3800

Apelação/Reexame Necessário 1998.38.00.039176-6/MG

Relator: Juiz Federal Wilson Alves de Souza (convocado)

Sexta Turma Suplementar – Estabelecimento de procedimentos internos orientadores para ações fiscais. Mandado de procedimento fiscal. Exercício de atribuições inerentes à Administração Tributária. Poder hierárquico da Administração, 190

Numeração única: 0007777-56.2000.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2000.34.00.007786-5/DF

Relator: Juiz Federal Itelmar Raydan Evangelista (convocado)

Sexta Turma Suplementar – Multa por descumprimento de obrigação acessória. Declaração mensal e trimestral da CPMF. Necessidade de previsão em lei. Princípio da legalidade, 193

Numeração única: 0019133-86.2002.4.01.3300

Apelação/Reexame Necessário 2002.33.00.019118-0/BA

Relator: Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes (convocado)

Sétima Turma Suplementar – Fundaf. Ressarcimento dos custos das atividades extraordinárias de fiscalização em entrepostos de uso público, 198

Numeração única: 0033954-86.2002.4.01.3400

Apelação Cível 2002.34.00.034021-5/DF

Relator: Juiz Federal Carlos Eduardo Castro Martins (convocado)

Sétima Turma Suplementar – Aneel. Imposição de multa. Eletropaulo. Inclusão de créditos vencidos e não pagos contra o Poder Público na provisão de créditos de liquidação duvidosa (CPLD), 203

Numeração única: 0017985-65.2001.4.01.3400

Apelação Cível 2001.34.00.018010-2/DF

Relator: Juiz Federal Carlos Eduardo Castro Martins (convocado)

Decisões Monocráticas

207

Ação de reintegração de posse. Suspensão da decisão. Manutenção de famílias indígenas no sul da Bahia, 207

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0045750-06.2013.4.01.0000/BA

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Execução judicial. Indeferimento do pedido de destaque de honorários advocatícios relativos aos servidores não filiados ao sindicato autor, 209

Agravo de Instrumento 0041008-35.2013.4.01.0000/BA

Relatora: Juíza Cláudia Tourinho Scarpa

Suspensão do licenciamento ambiental e das obras de implementação do empreendimento hidrelétrico UHE Teles Pires, no Estado de Mato Grosso, 211

Apelação Cível 0005891-81.2012.4.01.3600/MT

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Reintegração de posse e medida cautelar para bloqueio de matrículas do imóvel objeto da lide, 220

Agravo de Instrumento 0031306-02.2012.4.01.0000/PA

Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

Pedido de suspensão dos atos voltados à adesão da Universidade Federal do Maranhão – UFMA à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, 224

Numeração única: 0059137-88.2013.4.01.0000

Agravo de Instrumento 0059137-88.2013.4.01.0000/MA

Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

Sumário

Patente de medicamentos. Indeferimento de pedido de ingresso no processo como *amicus curiae* ou, subsidiariamente, na condição de assistente simples da parte ré (INPI), 226

Agravo de Instrumento 0042718-90.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Legitimidade da cobrança da tarifa de armazenagem de mercadorias submetidas ao Regime de Trânsito Aduaneiro, 230

Agravo de Instrumento 0045220-02.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Lide na qual a Conab solicita à administradora do Porto de Itaqui/MA a garantia de acesso regular à área arrendada no porto, para providenciar a recuperação de uma máquina situada no local, 231

Agravo de Instrumento 0055314-09.2013.4.01.0000/MA

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Suspensão da autorização de importação de camarões, originários de pesca selvagem na Argentina, concedida pelo Ministério da Pesca e da Agricultura, 233

Agravo de Instrumento 0036457-12.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

JEFs em Revista

237

Distinção entre a contagem de tempo especial para o segurado do regime geral e o do Serviço Público. Necessidade de lei específica, 237

Pedilef: 5013630-18.2012.4.04.7001

Relator: Juiz Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves

Perícia trabalhista. Assistência judiciária gratuita. Responsabilidade pelo pagamento transferida à União, 238

Pedilef 5062270-46.2012.4.04.7100

Relator: Juiz Federal Luiz Cláudio Flores da Cunha

PIS. Levantamento. Aplicação analógica da Lei 8.036/1990, 239

Pedilef 0518792-68.2009.4.05.8013

Relator: Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros

Relatora p/ acórdão: Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo

Benefício assistencial. Loas. Deficiente. Renda *per capita* superior a ¼ do salário-mínimo. Meios de aferição de miserabilidade, 242

Pedilef 0503775-84.2012.4.05.8013

Relatora: Juíza Federal Marisa Cláudia Gonçalves Cúcio

Breviário

245

Contrabando. Crime contra a Administração Pública. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade na espécie.

Crime continuado específico. Alegações infundadas de cerceamento de defesa.

Servidor público falecido em virtude de doença contraída no serviço. Dano material.

Servidor público. Mérito do ato administrativo. Demissão. Reforma pelo Poder Judiciário. Teoria dos motivos determinantes.

Procuradores da Fazenda Nacional. Férias anuais de 60 (sessenta) dias. Direito garantido apenas aos procuradores que eram filiados do impetrante quando do ajuizamento de mandado de segurança anterior.

Servidor público civil. Acumulação de um cargo técnico com outro de professor. Aposentadoria.

Aposentadoria. Renúncia. Concessão de novo benefício. Cômputo de tempo de serviço laborado após a concessão do primeiro benefício.

Crime contra a economia popular. *Pirâmide financeira*.

Desapropriação indireta. Ação ordinária de indenização. Reserva biológica da Contagem.

Ação civil pública. Improbidade administrativa. Sujeição de agente político à Lei 8.429/1992.

Defraudação de penhor. Crime praticado em detrimento da União. Recursos do Governo Federal. Agenciamento pelo Banco da Amazônia. Competência da Justiça Federal.

Portadores de deficiência comprovadamente carentes. Transporte aéreo coletivo e interestadual de passageiros. Gratuidade.

Responsabilidade civil. Publicação de matéria jornalística. Alegação de inexistência ou de inveracidade do conteúdo objeto da publicação.

Condomínio no Distrito Federal. Terreno contíguo à reserva biológica e de captação de manancial da Caesb. Servidão de passagem.

Portadores de necessidade visual. Cronograma de aplicação do recurso de audiodescrição na programação das exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagem. Garantia fundamental.

Responsabilidade civil subjetiva. Morte de feto. Negligência médica. Paciente gestante. Resistência injustificada aos exames clínicos. Culpa concorrente da paciente.

Execução fiscal. Repetição de crédito de origem fraudulenta. Impossibilidade de inscrição em Dívida Ativa.

Imposto de Renda Retido na Fonte. Abono complementação pago em parcelas mensais.

Ilha costeira sede de município. Transferência de domínio. Cobrança de taxa de ocupação e de laudêmio pela União.

Tarifa de conexão. Utilização da estrutura aeroportuária. Remuneração. Sistema de rotas. Distribuição de voos. Centralização em alguns aeroportos. Estratégia empresarial.

Repositórios Oficiais de Jurisprudência **259**

Instruções Editoriais **261**